

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.288, DE 1995

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que “dispõe sobre a transformação do Departamento de Correios e Telégrafos em empresa pública”.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado LUIZ COUTO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, que pretende dar nova redação ao parágrafo único do art. 3º do Decreto-Lei nº 509, de 1969, dispondo que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) terá um Conselho de Administração, cuja composição e funcionamento serão definidos na forma do seu estatuto social.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 090/MC, de 24 de novembro de 1995, que acompanha o projeto de lei em epígrafe, “torna-se oportuno implantar na ECT o mesmo sistema definido no Decreto nº 757/93, estabelecendo a Presidência do Conselho de Administração distinta da Presidência da Empresa”.

Com efeito, com a alteração ora alvitrada, ter-se-á apenas o Conselho de Administração, remetendo-se ao estatuto social a definição de sua composição e funcionamento. Em decorrência, deixará de existir a obrigatoriedade de acumulação das funções de Presidente do Conselho e da Empresa por uma única pessoa.

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição em apreço foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que concluiu por sua aprovação, nos termos do parecer do relator, Deputado Sandro Mabel.

Em seguida, a matéria foi encaminhada à apreciação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que opinou pela rejeição do projeto principal e da emenda nº 1, que lhe foi apresentada, nos termos do parecer do relator, Deputado Antônio Carlos Chamariz.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar as proposições em comento, do ponto de vista da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa, a teor do que estabelece o art. 54, I, do Regimento interno.

A matéria está sujeita à apreciação do Plenário, por haver recebido pareceres divergentes nas Comissões de mérito, nos termos do que dispõe o art. 24, II, “g”, também do Regimento Interno.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Sobre os aspectos de competência desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, constatamos que o Projeto de Lei nº 1.228, de 1995, atende as normas constitucionais relativas à autonomia da União para dispor sobre seus órgãos e entidades no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta (CF, art. 18), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, *caput*) e à legitimidade da iniciativa reservada ao Chefe do Executivo (CF, art. 61, § 1º, II, “a” e “c”).

É também constitucional a Emenda nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, visto que não implica aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição Federal, nem tampouco desfigura o projeto principal.

Quanto à juridicidade, as proposições em exame estão em conformação com o direito, não discrepando dos princípios e regras do ordenamento jurídico vigente.

Finalmente, no tocante à técnica legislativa, as proposições em análise se ajustam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, não merecendo, portanto, reparos.

Pelas precedentes razões, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.288, de 1995, e da Emenda nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2010.

Deputado LUIZ COUTO
Relator